

A Oficina de Parentalidade e o Grau de Efetividade nas Soluções dos Conflitos Familiares no Âmbito das Varas de Família de Porto Velho/RO.

The Parenting Workshop and the Degree of Effectiveness in the Solutions of Family Conflicts within the scope of the Family Courts of Porto Velho / RO.

Fredson dos Santos Batista¹

João Adalberto Castro Alves²

RESUMO

Este artigo propõe-se a averiguar a efetividade das Oficinas de Parentalidade na solução de conflitos nas lides judiciais que chegam às Varas de Família, com a análise dos dados pesquisados nos arquivos do Poder Judiciário de Rondônia. Os dados mostram: os índices de resolução de conflitos por meio de acordo nas audiências; a reincidência processual desses casos; o nível de satisfação dos participantes e a viabilidade de expansão do projeto para as demais comarcas do estado. Como metodologia, utiliza-se o estudo descritivo e exploratório, com análise dos dados em uma abordagem qualiquantitativa. A pesquisa constatou que as Oficinas de Pais e Filhos se apresentam como instrumento efetivo para auxiliar a resolução de conflitos, uma vez que permite um número maior de acordos e baixa reincidência desses processos. Diante disso, torna-se viável a proposta para expansão do projeto de realização das Oficinas a todas as comarcas do estado.

Palabras-Chave: Oficina de Parentalidade. Métodos Adequados de Resolução de Conflitos. Cultura de Paz

1 Graduado em Psicologia pela UNIR. Pós graduado em Direito de Família pela PUC / RO e em Terapia Sistêmica Familiar pelo CEFATEF. Mediador. Atualmente é Coordenador de Serviço de Apoio Psicossocial às Varas de Família, Analista do judiciário – TJ/RO. E-mail: fredson_batista@hotmail.com.

2 Graduado em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (1990) e especialização em MBA EM PODER JUDICIÁRIO pela Fundação Getúlio Vargas (2007) Título: Aplicação do Regulamento das Correições: Fator de Aprimoramento da Gestão Judicial. Atualmente é Magistrado do TJRO. E-mail: castroalves@tjro.jus.br

ABSTRACT

The article proposes to investigate the effectiveness of Parenting Workshops in the resolution of conflicts in the judicial disputes of Family Courts, with analysis of the data searched in the archives of the Judicial Branch of Rondônia, especially in the Four Courts of Family of Porto Velho. The data show: the conflict resolution rates by agreement in the hearings, the participants' procedural recurrence, the satisfaction level reported in a form submitted after the workshops, as well as the feasibility of expanding the project to the other counties of the State of Rondônia. As a methodology, the descriptive and exploratory study is used, with data analysis from a qualitative and quantitative approach. Research has shown that Parent Workshops are an effective tool to help resolve conflicts between parents who are in the process of separation, with a significantly high rate of settlement and low recurrence, as well as a high level of satisfaction between parents. participants, noting the effectiveness of this device. Given this, the proposal for expansion of the project to all regions of the state becomes viable.

Keywords: Parenting Workshop. Proper Methods of Conflict Resolutions. Peace Culture.

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Recomendação nº 50 em maio de 2014, orientando os tribunais de justiça a adotarem as Oficinas de Parentalidade como política pública na resolução e prevenção de conflitos familiares, utilizando-se de vídeos e apresentações disponibilizados no Portal da Conciliação do CNJ.

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) iniciou, em 2015, o movimento de implantação da metodologia das Oficinas de Pais e Filhos, por meio do Curso de Formação de Instrutores da Oficina de Parentalidade e Divórcio, oferecido pela Escola da Magistratura

– EMERON, tendo como público-alvo: Magistrados, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, Professores, Pedagogos, Assistentes Sociais e Psicólogos lotados no Serviço de Apoio Psicossocial às Varas de Família da Comarca de Porto Velho/RO.

As Oficinas de Parentalidade foram implementadas em 19 de fevereiro de 2016 e passaram a acontecer mensalmente com a participação de crianças, adolescentes e genitores (pais e mães) que eram partes em processos tramitando nas Varas de Família relacionados a divórcio, união estável, guarda dos filhos, alienação parental, alimentos e convivência familiar. O objetivo com a realização das Oficinas é o de prestar apoio às famílias que passam por um momento de grandes mudanças, promover reflexões sobre o papel parental e as consequências dos conflitos para os filhos e auxiliar na construção e no restabelecimento de uma comunicação não violenta.

De acordo com os relatórios anuais da Corregedoria Geral de Justiça, nos anos de 2016 e 2017 ingressaram nas Varas de Família da Comarca de Porto Velho-RO um total de 19.950 processos, sendo 10.388 em 2016 e 9.562 em 2017, salientando-se que esses números vieram a indicar o elevado grau de litigiosidade. Convém, assim, pesquisar e analisar a viabilidade de se realizar projetos que atendam às solicitações do CNJ, contidas nas Metas Nacionais do Poder Judiciário, dentre essas, a de proporcionar à sociedade serviços com maior eficiência e qualidade.

As participações nas oficinas permitem o restabelecimento de um canal de comunicação com maior empatia e assertividade entre os genitores, bem como minimiza a tensão no vínculo familiar e os conflitos causadores de traumas e sofrimentos, prevenindo casos de alienação parental e de abandono, além de, possivelmente, diminuir, em longo prazo, o índice de violência causado por adolescentes sem a presença paterna, que buscam, inconscientemente, suprir essa ausência familiar por meio do uso de drogas e da prática de atos ilícitos.

Dessa forma, discutir a efetividade da Oficina de Parentalidade na solução dos conflitos permite a obtenção de dados que viabilizem formas não violentas de se lidar com demandas familiares, promove a Cultura de Paz e, também, permite a constatação da sua eficácia, o que torna viável a expansão desse projeto a outras comarcas do estado.

1 OFICINAS DE PARENTALIDADE: POLÍTICA PÚBLICA NA RESOLUÇÃO ADEQUADA DE CONFLITOS FAMILIARES

Para o CNJ, as Oficinas de Pais e Filhos ou Oficinas de Parentalidade tem como objetivo:

Instrumentalizar as famílias que enfrentam conflitos jurídicos relacionados ao divórcio ou à dissolução da união estável, nos quais vários ajustes e mudanças pessoais ocorrem. A participação na Oficina pretende auxiliar o casal em vias de separação a criar uma efetiva e saudável relação parental junto aos filhos. (BRASIL, 2013, p.7)

Segundo Rocha (2013, p. 204), as oficinas de parentalidade surgem no cenário jurídico brasileiro como instrumental que busca despertar nos pais e mães em litígio a consciência de uma parentalidade responsável e colaborativa, que busque atender de forma satisfatória as necessidades dos filhos, substituindo uma abordagem destrutiva dos conflitos familiares por uma abordagem dialógica.

Percebe-se que as demandas no cenário familiar perpassam as questões jurídicas que se apresentam aos tribunais, as lides processuais surgem permeadas pelo cenário afetivo e social, que ocasionou a dificuldade de comunicação.

A maioria dos estudos psicológicos em Varas de Família considera a disputa da guarda, por exemplo, oriunda de uma separação mal resolvida. Portanto, podemos dizer que o emocional transcende a esfera legal, pois, a busca de soluções jurídicas são sintomas de problemas emocionais, tanto que, muitas vezes, as sentenças proferidas em juízo não são cumpridas, havendo uma perpetuação de conflitos através da via legal. (SHINE, 2005, p. 23)

Durante as oficinas, são exibidos vídeos que promovem a reflexão sobre as consequências para as crianças, em curto e longo prazo, da convivência com os genitores em conflito. Os vídeos também expõem outras formas possíveis de comunicação não violenta, trazendo a conscientização sobre a importância dos pais na vida dos filhos e a qualidade do vínculo existente entre eles para o desenvolvimento saudável desses filhos.

Na oficina de adultos são realizados debates e questionamentos para maior integração do grupo, conteúdos estes que busquem promover a reflexão sobre temas como divórcio e separação, alienação parental, tipos de guarda e comunicação não violenta. Nessa dinâmica, são utilizados materiais audiovisuais que permitam aos genitores elaborarem de forma consciente o seu papel como pais e mães, evitando situações de agressividade e alienação parental. Com isso, espera-se das partes envolvidas maior abertura para o diálogo, harmonização das relações e o exercício parental satisfatório.

Nas oficinas voltadas para os filhos (crianças e adolescentes), realizam-se atividades que auxiliam no diálogo acerca do momento que estão vivenciando e o processo de adaptação à nova dinâmica familiar. Desse modo, as oficinas permitem, a partir de recursos audiovisuais, a confecção de desenhos, rodas de conversa e atividades lúdicas, compatíveis com a idade dos participantes, permitem que eles expressem de forma adequada seus sentimentos e conheçam estratégias para superarem as dificuldades pertinentes ao processo de separação dos pais.

Desse modo, as Oficinas de Parentalidade surgem como:

Um novo instrumento de harmonização e estabilização das relações familiares, que incentiva as pessoas a imprimirem à convivência familiar um ambiente colaborativo e não competitivo, estimulando suas capacidades reflexivas e de ação, tornando-as capazes de reconhecer as suas responsabilidades, perceber e corrigir seus erros, criando uma condição favorável para que o amor parental emergja e expresse através de um comportamento pautado pela empatia, alteridade, respeito e cuidado. (ROCHA, 2013, p. 204)

No momento em que o juiz encaminha a família para participar das oficinas, está oportunizando a essas pessoas terem um momento de conscientização em que possam discutir conteúdos que permitam a maior disponibilidade à mediação e ao acordo, pois com a sensibilização tendem a perceber que o litígio é prejudicial ao filho, e, dessa forma, indiretamente contribuem também para a diminuição do número excessivo de demandas judiciais.

A autonomia é o elemento ético da dignidade humana. É o fundamento do livre arbítrio dos indivíduos, que lhes permite buscar, da sua própria maneira, o ideal de viver bem e de ter uma vida boa. A noção central aqui é a de autodeterminação: uma pessoa autônoma define as regras que vão reger a sua vida. (BARROSO, 2013, p. 81).

2 AS OFICINAS DE PAIS E FILHOS NA COMARCA DE PORTO VELHO/RO

As Oficinas de Pais e Filhos foram implementadas nas varas de família de Porto Velho em fevereiro de 2016, e são planejadas para acontecerem em uma única sessão com duração de aproximadamente quatro horas, em quatro turmas simultâneas: duas para atender os genitores (pais e mães), alocados em salas diferentes, uma para crianças e outra para adolescentes.

Os participantes são convidados por telegramas, e a participação é confirmada por meio de ligação telefônica no dia anterior ao evento. Devido a questões de espaço e logística, são convidadas de 15 a 17 famílias que estão com processos tramitando no Núcleo Psicossocial das Varas de Família e que apresentam um alto grau de litígio. Eventualmente, os juízes em audiência também encaminham os jurisdicionados para as oficinas, saindo intimados da data de realização, que acontecem na primeira sexta-feira de cada mês, no horário das 8 às 12 horas.

No dia destinado às oficinas, os participantes são acolhidos pela equipe técnica, assinam a lista de presença e em seguida encaminhados para os devidos locais. Cada oficina é ministrada por dois instrutores e o material utilizado corresponde às cartilhas, vídeos e materiais propostos pelo CNJ, adequados a cada público (criança, adolescente e adulto).

Nessa dinâmica, o instrutor das oficinas assume papel preponderante, uma vez que com seus conhecimentos, atitudes e discurso deve transmitir de forma satisfatória o material disponibilizado pelo CNJ, que são ponto de partida para a discussão e sensibilização dos jurisdicionados envolvidos no litígio e presentes nas oficinas.

Aos genitores, o instrutor tem como principal propósito transmitir as técnicas apropriadas de comunicação na família, os ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos acarretam aos filhos e as informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos.

Quanto aos filhos, deve-se esclarecer-lhes as consequências do rompimento do relacionamento de seus pais, bem como os próprios direitos; como o direito de não serem interrogados pelo pai ou pela mãe ao término da visita; o direito de não serem usados como mensageiros entre os pais; o de não se sentirem culpados por continuarem a gostar da mãe ou do pai que saiu de casa; o direito de não tomarem partido entre os genitores e o de não presenciarem discussões dos pais.

Para o CNJ, as oficinas podem ser executadas voluntariamente por Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Advogados com perfil colaborativo, Mediadores, Juízes de Direito e Promotores de Justiça, previamente capacitados.

Nas Varas de Família de Porto Velho, o papel de instrutor é executado por agentes da Equipe Multidisciplinar do Fórum, formada por Assistentes Sociais e Psicólogos. Esta trajetória tem início numa parceria firmada entre o TJRO, a Escola da Magistratura de Rondônia (Emeron) e o CNJ, que promoveram o Curso de Formação de Instrutores da Oficina de Parentalidade e Divórcio, tendo como ministrante a Juíza Vanessa Aufiero da Rocha e sua equipe técnica.

O curso tem como público-alvo: Magistrados, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, Professores, Pedagogos, Assistentes Sociais e Psicólogos lotados no Serviço de Apoio Psicossocial às Varas de Família da Comarca de Porto Velho/RO.

De forma didática, durante as oficinas os genitores participam de duas avaliações propostas pelo CNJ. A primeira no início da oficina, para entenderem as expectativas em relação ao que será trabalhado e a vinculação com a outra parte do processo e com os filhos. A segunda, no final, quando eles avaliam a estrutura da oficina, o grau de satisfação e fazem sugestões, reclamações e outras observações. Respondem também questões abertas sobre como os conteúdos lhes ajudaram a refletir sobre a sua relação com os filhos e o ex-parceiro.

Há centenas de estudos que demonstram que a forma que os pais tratam os filhos – se com rígida disciplina ou empática compreensão, indiferença ou simpatia etc. – tem consequências profundas e duradouras para a vida afetiva da criança. Mas só recentemente surgiram dados concretos que mostram que ter pais emocionalmente inteligentes é

em si de enorme proveito para a criança. A maneira como um casal lida com os seus sentimentos – além do trato direto com a criança – passa poderosas lições para seus filhos, que são aprendizes astutos, sintonizados com os mais sutis intercâmbios emocionais na família. (GOLEMAN, 2012, p. 208)

A equipe de trabalho avalia as atividades realizadas nas oficinas uma vez por mês, discutindo o andamento das oficinas, questões de conduta e necessidades percebidas pelos participantes, considerando que as avaliações constantes das práticas podem permitir um modelo mais comprometido de intervenção psicossocial da família em processo de divórcio.

Desde a implantação das Oficinas de Pais e Filhos nas Varas de Família de Porto Velho em fevereiro de 2016 até outubro de 2019, foram realizadas 41 oficinas com a participação efetiva de 400 pais e 354 mães, totalizando 1195 participantes. Em relação aos filhos, foram 257 crianças e 144 adolescentes que participaram efetivamente dos trabalhos desenvolvidos pelas oficinas nesse período.

A metodologia utilizada segue os critérios estabelecidos pelo CNJ na Cartilha do Instrutor.

3 METODOLOGIA E RESULTADO DA PESQUISA

Quanto à classificação da pesquisa, esta foi descritiva, visando caracterizar a população envolvida no projeto. A abordagem da pesquisa foi de natureza qualiquantitativa, com o emprego de quantificação na coleta de dados e análise dos dados estatísticos.

A coleta dos dados foi realizada por meio de: a) análise dos questionários aplicados aos participantes das Oficinas de Parentalidade a fim de se obter o nível de satisfação dos envolvidos; b) levantamento de dados de todos os processos que tramitaram nas quatro Varas de Família da Comarca de Porto Velho/RO no período de março/2016 até fevereiro de 2019, a fim de se averiguar se a participação na Oficina de Parentalidade contribuiu para a solução consensual do conflito em todos os processos analisados; 3) verificação de todas as distribuições processuais posteriores, compreendendo o período de março de 2016 a julho de 2019, para se averiguar eventuais reincidências.

3.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS PARTICIPANTES

Este artigo buscou analisar os questionários avaliativos destinados a mensurar o grau de satisfação, a estrutura da Oficina quanto à apresentação, o material didático, o desempenho dos instrutores, o espaço físico e a duração do evento, com o objetivo demonstrar o sentimento dos participantes após a participação no programa.

Também analisou as questões abertas constantes nos questionários, buscando averiguar se os participantes indicariam a Oficina a alguém, se a participação os ajudou a refletirem sobre a forma de agir em relação aos ex-parceiros e aos filhos, e qual o sentido que a Oficina de pais e filhos proporcionou às suas vidas e, por fim, para verificar se o participante aceitaria ser contatado por dois meses para informar quais resultados a Oficina trouxe para a própria vida, para a dos filhos ou a do ex-parceiro.

A Tabela a seguir esboça as respostas dos participantes:

Tabela 1 - Resultado dos questionários - Grau de satisfação dos participantes

Item	Muito Satisfeito	Satisfeito	Pouco Satisfeito	Insatisfeito	Não respondeu
Satisfação Geral	259	96	05	0	10
Apresentação	280	84	05	01	0
Material	275	89	04	01	01
Instrutoria	298	65	05	01	01
Espaço	190	140	33	04	03
Duração	153	161	40	03	13

Na questão sobre o Grau de Satisfação com a Oficina, a maior parte sinalizou como Muito Satisfeito ou Satisfeito, demonstrando a aprovação em participar desta iniciativa. Nos itens relacionados à avaliação de aspectos das Oficinas – apresentação, material,

instrutora, espaço, duração – os resultados apontam para a maior parte assinalada em Muito Bom e Bom, com mais resultados regulares em relação ao espaço e à duração.

Tabela 2 – Resultado dos questionários - Avaliação final

Item	Sim	Não	Não Respondeu
Indicaria a Oficina?	349	09	12
A Oficina o ajudou a refletir sobre a forma de agir em relação ao seu ex-parceiro?	337	14	19
A Oficina o ajudou a refletir sobre a forma de agir em relação aos seus filhos?	353	05	12
Gostaria de ser contatado por dois meses, a fim de nos dizer quais resultados a Oficina trouxe para sua vida, para a vida dos filhos ou a de seu ex-parceiro?	307	49	14

Ao se perguntar ao participante se indicaria a Oficina para outra pessoa, as respostas afirmativas praticamente totalizaram os resultados. Sobre a reflexão ocorrida após ouvirem e discutirem os temas, de forma majoritária os participantes afirmaram que a reflexão os ajudou em relação à forma de agirem com os ex-parceiros e com os filhos.

A última questão – Você gostaria de ser contatado por dois meses a fim de nos dizer quais resultados a Oficina trouxe para a sua vida, para a de seu filho ou a do ex-parceiro? – traz resultados positivos bem como indicações de telefones na maior parte das respostas.

3.2 DADOS DOS PROCESSOS PARA AVERIGUAR RESOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS

De março de 2016 a fevereiro de 2018, foram analisados 234 processos em que as partes envolvidas foram encaminhadas e atendidas pelas Oficinas de pais e filhos, sendo obtidos os seguintes dados:

Tabela 3 – Resultado Geral

Período Pesquisado	Número de Oficinas	Número de processos analisados	Tipo de sentença	Quant	%
Março 2016 a Fevereiro 2018	22	234	Homologatória	161	69%
			Sem resultado	7	3%
			Julgamento com Mérito	49	21%
			Julgamento sem Mérito	17	7%
Totais				234	100%

Tabela 4 - Comparecimento nas Oficinas

Participante	Nº	Porcentagem
Autor	53	23%
Requerido	35	15%
Ambos	141	60%
Nenhum	5	2%
Totais	234	100%

Conforme os dados demonstram, de março de 2016 a fevereiro de 2018 - período de análise deste projeto - foram realizadas 22 oficinas, atendendo às partes envolvidas em 234 processos judiciais, contando com a presença de 370 participantes, sendo 189 homens e 181 mulheres. Quanto aos filhos, houve uma participação de 105 crianças e 58 adolescentes.

Tabela 5 – Participação por gênero

Participantes	Nº	Porcentagem
Homens (pais)	189	51%
Mulheres (mães)	181	49%
Totais	370	100%

Um dado verificado na análise é o número equitativo de participação de homens e mulheres, o que demonstra o interesse

comum em refletir e discutir sobre parentalidade, tendo em vista que as pessoas são convidadas e a participação é voluntária. Este dado também pode refletir mudanças na dinâmica familiar relacionada a cuidados com os filhos.

Tabela 6 - Participação de Crianças e Adolescentes

Participantes	Nº	Porcentagem
Crianças	105	64%
Adolescentes	58	36%
Totais	163	100%

Nota-se que na participação de filhos, a maior parte do comparecimento é de crianças, constatando-se apenas 36% por cento de presença de adolescentes.

Tabela 7 - Classes de Ações Atendidas

Ação	Nº	Porcentagem
Guarda	167	71%
Alimentos	15	6%
Divórcio	16	7%
Dissolução de união Estável	5	2%
Busca e Apreensão	2	1%
Regulamentação de Visita	25	11%
Cumprimento de Sentença	4	2%
Totais	234	100%

Em relação à classe dos processos, a maior incidência foi de processos de Guarda, com um percentual de 71%, deixando evidente que as mudanças sociais na estrutura familiar e a falta de diálogo entre os genitores têm levado as partes à disputa de guarda dos filhos, que podem apresentar sentimento de abandono e de culpa, o que requer da justiça um olhar atento para essa nova configuração familiar e para a necessidade de se ter propostas adequadas e eficazes para o atendimento das partes.

3.3 ANÁLISE DA REINCIDÊNCIA

Para apuração da reincidência (se as partes voltaram a incidir em demanda judicial sobre a questão discutida anteriormente), foram pesquisados todos os processos distribuídos a partir de março de 2016 até julho de 2019, verificando-se os seguintes resultados:

Tabela 8 - Reincidência

Ano	Nº de processos atendidos	Reincidência
2016	94	18
2017	116	8
2018	24	0
Totais	234	26

A Tabela 8 mostra que em 2016, primeiro ano de realização das Oficinas de Parentalidade, houve a participação das partes envolvidas em 94 processos, e destes, somente 18 reincidiram com alguma outra demanda nos anos posteriores.

Em 2017, foram encaminhados 116 processos para que as partes participassem das Oficinas. Posteriormente, somente oito processos apresentaram reincidência, notando-se uma diminuição em relação ao ano inicial.

Em 2018, foi realizada análise do mês de fevereiro, com 24 processos encaminhados, e em nenhum destes houve reincidência de ações posteriores, demonstrando a gradativa melhoria da efetividade.

Na sequência, verificou-se o nível de litigiosidade, tendo a pesquisa se debruçado sobre o número de vezes em que as partes retornaram à justiça, cujos resultados veem-se nas Tabelas 9, 10 e 11, a seguir:

Tabela 9 - Resultado 4 – Reincidência com até um processo

Ano	Nº de processos
2016	15
2017	07
2018	0
Total	22

Tabela 10 - Resultado 5 – Reincidência com até dois processos

Ano	Nº de processos
2016	03
2017	01
2018	0
Total	4

Tabela 11 - Resultado 6 – Reincidência com três ou mais processos

Ano	Nº de processos
2016	0
2017	0
2018	0
Total	0

A análise dos dados a respeito da reincidência indica diminuição gradativa do percentual de retorno à justiça ao longo do período alcançado pela pesquisa, ou seja, de março de 2016 até julho de 2019. Com o resultado podemos inferir que o trabalho das oficinas de pais e filhos contribuem para redução da litigiosidade entre as pessoas, que por sua vez tem reflexo direto na reincidência processual. Com isso, a Oficina de parentalidade cumpre propósito nobre no âmbito das varas de família que é oferecer ao jurisdicionado uma jurisdição que ajude as pessoas na solução dos conflitos para que haja pacificação social e não apenas resolução de processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se expor os dados relativos à pesquisa sobre as Oficinas de Parentalidade realizadas entre março de 2016 e fevereiro de 2018 na comarca de Porto Velho-RO, a fim de se obter o grau de satisfação dos participantes, as informações sobre resolução consensual dos conflitos após participação e o número de reincidência processual, com o objetivo de melhorar o serviço ofertado, analisar a possibilidade de ampliação do projeto para outras comarcas e discutir novas formas de se tratar litígios nas lides familiares no Poder Judiciário.

A partir dos dados coletados e análises realizadas, nota-se que a satisfação é alta, o nível de soluções consensuais aumenta à medida que as partes envolvidas participam nas Oficinas e a reincidência de processos nesses casos é pequena e diminuiu forma gradativa. Há notórias mudanças, processuais e comportamentais após a participação dos genitores, fato esse reforçado pelos resultados dos questionários respondidos, pois os envolvidos ressaltam a mudança de percepção a eles advinda e quanta reflexão lhes foi proporcionada.

Diante desses resultados, torna-se evidente que a sensibilização e a reflexão para com o cuidado dos afetos podem diminuir o nível de litigiosidade de conflitos familiares, o que possibilita a atuação no Poder Judiciário em expandir a realização das Oficinas de Parentalidade para as outras comarcas do estado, bem como a de outros programas de prevenção no âmbito da área escolar.

A pesquisa ainda possibilitou debates e trouxe novas perspectivas sobre o tratamento e a resolução de conflitos familiares. A partir de resultados tangíveis, torna-se viável a exposição da ferramenta utilizada e sua expansão, a fim de envolver outras pessoas e áreas, promovendo a cultura da paz e a comunicação não violenta nas relações interpessoais.

REFERÊNCIAS

ANDRIGHI, Fátima Nancy. **Juizado especial de família**. Informativo jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, Brasília, DF, v. 15, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: http://www.stj.jus.br/SGL/servlet/IJMain?action=showit&seq_materia=22. Acesso em: 01 dez. 2017.

BARROSO, Luis Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo**: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL, Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Justiça. **Oficinas de Pais e Filhos**. Cartilha o Instrutor, 2013.

BULOS, Uadi Lammego. **Constituição Federal anotada**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - Recomendação n.50 de 8 de maio de 2014.

DOLTO, Françoise. **Quando os pais se separam**. Tradução Vera Ribeiro – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2011.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LEAL, Jorge Luiz dos Santos; SAUERBRONN, João Felipe Rammelt. **Modernização da justiça como promotor da eficiência do poder judiciário de Rondônia – um estudo de caso**. IV Congresso Consad de Gestão Pública, Brasília, 2011. Disponível em: http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/bitstream/123456789/603/1/C4_TP_MODERNIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20JUSTI%C3%87A%20COMO%20FATOR%20PROMOTOR.pdf Acesso em 5 dez.2017.

A Oficina de Parentalidade e o Grau de Efetividade nas Soluções dos Conflitos Familiares no
Âmbito das Varas de Família de Porto Velho/RO.

217

The Parenting Workshop and the Degree of Effectiveness in the Solutions of Family Conflicts
within the scope of the Family Courts of Porto Velho / RO.

ROCHA, Vanessa Aufiero. **Oficinas de Parentalidade e Divórcio:**

Como a nova política pública de prevenção e resolução de conflitos familiares, a educação parental, pode contribuir para a humanização da justiça da família e a estabilização e a pacificação das relações familiares, 2013.

SHINE, Sidney. Avaliação Psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **A palavra dos mortos:** conferências de criminologia cautelar. Coordenadores Luiz Flávio Gomes, Alice Bianchini - São Paulo: Saraiva, 2012 – Coleção Saberes Críticos.